

## A EDUCAÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA LITERATURA NA SALA DE AULA

Oton Magno Santana dos Santos<sup>1</sup>  
Ezequiel Theodoro da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é entender como se estabelecem as relações entre leitor e literatura através dos processos de ensino-aprendizagem de educação literária. Para isso, partimos do conceito de educação literária proposto por Cyana Leahy-Dios (2004), bem como as contribuições de Marisa Lajolo (2002), Tereza Colomer (2007), Rildo Cosson & Graça Paulino (2009) para a temática aqui discutida.

[...] o interesse da formação literária na escola não tem como raiz a transgressão de um discurso estabelecido sobre as obras, mas que a educação literária serve para que as novas gerações incursionem no campo do debate permanente sobre a cultura, na confrontação de como foram construídas e interpretadas as ideias e os valores que a configuram (COLOMER, 2007, p. 29).

Entendemos o espaço escolar como um ambiente de apropriação e adequação do discurso literário. Assim, o objeto artístico original (o texto literário) se curva a um contexto em que imperam representações, as quais sugerem aos leitores escolarizados passagens entendidas como importantes da nossa história, além de valores e comportamentos; também é seu objetivo mostrar como tais particularidades interferem no contexto atual.

A leitura, sob essa ótica, seria a possibilidade de diálogo entre as obras literárias, sobretudo as canônicas, e o leitor. Pelo exposto, inferimos que a escola trabalha a partir de uma perspectiva interpretativa, mas também associada às transformações sociais e culturais pelas quais passamos. Isso significa que instrumentos escolares atuam como controladores do saber, através de suportes os quais introduzem valores políticos, ideológicos, culturais e mercadológicos. Estes valores interferem e influenciam diretamente nas políticas educacionais por meio dos métodos de ensino, materiais didáticos, currículos escolares. Dentre eles, o livro didático sagra-se como principal instrumento, capaz de propagar a ideologia política do país, no contexto escolar.

Desse modo, o ensino de literatura na escola permite uma abertura na relação do objeto literário entre o mundo que este representa (o artístico, o ficcional, o poético) e o mundo dos leitores reais. Isso não significa julgar as ações que envolvem tais procedimentos, mas buscar entender como ocorrem as transformações no espaço escolar, no que diz respeito à leitura literária, e como isso interfere na formação de leitores e ainda se efetivamente forma leitores.

Por outro lado, a definição do que seja educação literária nos convida a pensar na existência de modelos de educação literária, sobretudo o que é adotado pelo sistema político-educacional brasileiro. Para entendermos os possíveis conceitos do termo em questão, recorreremos à pesquisadora Cyana Leahy-Dios (2004), que apresenta sua definição:

A construção de uma *educação literária* relevante, com uma realização própria percebida por alunos e professoras, envolve a definição de objetivos, métodos e formas de avaliação coerentes com o processo de construção do conhecimento, utilizando a leitura, análise e interpretação do literário como

---

<sup>1</sup> Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Líder do grupo de pesquisa LEALLL (Linguagens e Educação: Alfabetização, Leitura, Linguística e Literatura). E-mail: [otonmagno@gmail.com](mailto:otonmagno@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor Visitante da Faculdade de Educação da UNICAMP junto ao grupo ALLE; professor pesquisador do Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP.

meio de educar cidadãos. [...] Aí se insere a necessidade de esclarecer o papel da literatura como espaço de leitura formal no ensino médio brasileiro, assim como as influências que os estudos literários vêm sofrendo em sua história contemporânea. Para reescrever essa história, visando a uma influência politicamente significativa nos tempos atuais, é preciso saber as formas que tomam esses estudos (LEAHY-DIOS, 2004, p. 04).

De acordo com o pensamento de Leahy-Dios (2004), educar literariamente um sujeito significa torná-lo cidadão, conscientizá-lo do seu lugar social, provocando sua criticidade ao realizar suas leituras. Significa posicionar-se a partir de conhecimentos construídos com a experiência literária e assim criar condições para defender seus pontos de vista e, principalmente, criar e depois exercer o gosto pela leitura, pois a experiência literária seria capaz de incentivar a sensibilidade do leitor, aproximando-o de situações que ele desconhece. A experiência literária tanto pode sensibilizar o leitor para as questões artísticas quanto para as questões externas ao texto literário, mas que de algum modo são inseridas, provocadas ou refletidas no corpo de um texto poético ou ficcional. Ao se conscientizar de que a literatura é um produto social, o indivíduo veria a leitura literária como um ato responsável, social, político. Entenderia que a prática de tal leitura implica a tomada de posições e defesa de ideias que visem a uma democratização da leitura. Vista desse modo, a leitura literária é capaz de promover a cidadania plena aos indivíduos. A educação literária, desse modo, “ajudaria a construir ‘pessoas melhores’, no sentido de serem sujeitos mais competentes para validar a cidadania e nela se engajar buscando formação de comunidades democráticas” (LEAHY-DIOS, 2004, p. 233).

A competência da leitura literária está associada a diversos níveis do saber; assim sendo, é preciso que o indivíduo aperfeiçoe e desenvolva tal ato. Neste sentido, a leitura deve ser vista como um instrumento capaz de elevar o homem intelectualmente, o que resultará em seu destaque perante a sociedade, pois, segundo Zilberman (2009, p. 36), tal domínio é uma “descoberta de mundo” e traz distinção entre as pessoas. Esse tipo de leitura supera o ato de decodificar, pois exige um amadurecimento por parte do leitor. Mas, para que isso se concretize, precisamos primeiro entender o papel destinado à literatura como disciplina escolar:

Há determinados pressupostos comumente associados ao processo de ensinar e aprender literatura. Como disciplina, literatura é parte de uma agenda educacional determinada por compromissos ideológicos, papéis e expectativas político-culturais (LEAHY-DIOS, 2004, p. XXV).

Embora os documentos oficiais reforcem que o texto literário atenda a um tipo de arte, nas aulas de literatura, o tratamento do texto atende a outros propósitos. O recorte que se faz desse texto artístico contempla o mínimo possível do que os documentos consideram arte literária. A manutenção de dogmas pelo LD indica que há um abismo entre o que se produz como literatura no Brasil, o que os críticos apontam como problemas que precisam ser repensados e o que pensa o sistema político-educacional brasileiro. Nesse caso, vence o tradicionalismo do sistema e, como consequência, temos um ensino de literatura geralmente mediado pelo livro didático, repetidor de formas consagradas por universidades e mantidas pelas escolas, mas nem por isso adequadas ao público escolar, se pensarmos na formação crítica, objetivo central de uma educação literária comprometida com a formação cidadã:

A sobrevivência das escolas depende em larga escala dos resultados obtidos nos exames. De algum modo, em algum lugar, há um comando de autoridade que exige que os vestibulares sejam como são e que o aprendizado de literatura

seja testado através de períodos, datas, nomes e características, quanto mais memorizável melhor; quem não se adequar ao sistema estará fora dele” (LEAHY-DIOS, 2004, p. 37).

A cultura literária escolar revela um contrato entre sistemas educacionais que legislam as instituições de ensino, no que diz respeito à educação literária. Assim, o que fazem as escolas e os professores, como integrantes da comunidade escolar, é atender às exigências desse poderoso sistema e direcionar suas práticas para não ficarem de fora dele. A escola e os professores precisam ser aprovados. E isso se dá através de maior número de alunos aprovados em vestibulares, ENEM ou processos avaliativos criados pelos governos federais, estaduais e municipais. Uma vez que a forma como se cobra os conteúdos de literatura nos concursos e testes é consolidada e segue à risca a valorização da memorização de traços considerados relevantes para a manutenção desse sistema, a escola é ofertada com manuais didáticos que seguem à risca as indicações de autores/editores; estes, por sua vez, atendem ao que é prescrito nas comissões formadas por professores de universidades, os quais seguem indicações de profissionais do MEC. Não há espaço para se discutir a diversidade da literatura ou dos seus supostos leitores, ao contrário, parece haver uma tentativa de se ampliar as discussões através de uma utópica interdisciplinaridade entre algumas áreas do conhecimento quando, na verdade, o que temos é um desfile de referências soltas, as quais os alunos são obrigados a repetir em nome daquele modelo de educação literária:

No ensino médio, quando o ensino de literatura poderia assumir o espaço de formação do gosto cultural a partir do que os alunos vivem como adolescentes na sociedade, a disciplina se fecha ao biografismo e no historicismo monumentalista, isto é, na consagração de escritores que não deriva da apreciação de seus textos, mas de acúmulo de informações sobre seus feitos e suas glórias (PAULINO; COSSON, 2009, p. 71-72).

No conto “Teoria do medalhão”, de Machado de Assis, destacamos um exemplo de como a educação literária pode se valer do texto literário e realizar um exercício de conhecimento dos papéis desempenhados tanto pelos alunos quanto pelos professores fora do eixo escolar. Trata-se de um texto composto por diálogos sem a presença de um narrador tradicional. Conta a história de um pai e de um filho na qual o primeiro aconselha o segundo a seguir seus ensinamentos para se realizar na vida. Aparentemente, uma simples conversa que, certamente, qualquer leitor poderia ter com seu pai ou sua mãe. No referido conto, o pai defende o seu ponto de vista, oferecendo justificativas para que o filho assim o proceda, e só então venha a se tornar o suposto “medalhão” do título:

– Digo-lhe que o que vosmecê me ensina não é nada fácil.  
– Nem eu te digo outra coisa. É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-me<sup>3</sup>.

Nesta passagem, o pai orienta o filho a se dedicar ao ofício que deverá perseguir. São indicações de como “se dar bem na vida”, popularmente falando. Mas isso não é feito de modo inconsequente ou irresponsável. Trata-se de um “curso” minimamente pensado pelo pai em que

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn003.pdf>>. Acesso em: 12/04/2016.

observamos um rigor metodológico da aplicabilidade daqueles conteúdos e conceitos ao filho. As orientações continuam:

- E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os déficits da vida?
- Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade.
- Nem política?
- Nem política. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano [...] Um discurso de metafísica política apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade.
- Farei o que puder. Nenhuma imaginação?
- Nenhuma; antes fazes correr o boato de que um tal dom é ínfimo.
- Nenhuma filosofia?
- Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. “Filosofia da história”, por exemplo, é uma locução que deves empregar com frequência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.<sup>4</sup>

Embora tenhamos um texto fictício onde um pai com posturas que diferem, pelo menos no discurso público, dos pais de carne e osso, há aqui um leque de possibilidades a ser explorado pelos professores e pelos alunos para a efetivação do projeto de educação literária ou da literatura como disciplina escolar. Temas como política, economia, história, filosofia, arte, textos bíblicos e principalmente os papéis sociais de pais e de filhos são mencionados no texto. Acreditamos que, para se realizar o processo de educação literária não seja necessário que todos os temas sejam explorados. Se pelo menos um for pensado e refletido, já terá valido a pena a leitura do conto em destaque, pois quaisquer das áreas contempladas no texto ficcional quando discutidas ou debatidas já provocariam seus leitores a assumirem seus pontos de vista, dependendo do conhecimento que cada um possui sobre o assunto:

Partindo do pressuposto de que um dos principais papéis da educação literária como disciplina de estudos é a representação cultural de sociedades, é preciso observar que ele se submete a imposições verticais, tais como programas e requisitos de avaliação. Uma análise de sua realização como parte do processo educativo requer a observação das ações pedagógicas em salas de aula de literatura. Requer, também, que se ouça o que alunos e professores têm a dizer, sendo importante que a literatura integre o domínio de outras disciplinas de cunho social, visando à produção de conhecimento relevante para indivíduos e grupos sociais (LEAHY-DIOS, 2004, p. 10).

Para o aluno (do ensino médio), a leitura do conto “Teoria do medalhão” poderia auxiliá-lo a entender uma possível interferência dos pais em relação às escolhas profissionais dos filhos e, por mais absurda que possa parecer a visão do pai fictício, ela se apresenta tão embasada na teoria quanto nos exemplos práticos fornecidos, que o filho não se opõe ao que ouve. Do mesmo modo, os pais de verdade que interferem nas decisões do filho também poderiam se valer de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn003.pdf>>. Acesso em: 12/04/2016.

posturas semelhantes para convencer os seus filhos a fazerem o que eles julgam ideal. Para o professor, a leitura significaria conhecer melhor os seus alunos: o que pensam, como agem, como gostariam de ser tratados e como se posicionam diante do conto machadiano. Ao mesmo tempo, o professor conscientizar-se-ia do seu papel como educador e de como poderia contribuir para a socialização da leitura literária ao trabalhar textos literários que promovam um debate saudável sobre as mais diversas práticas sociais.

### Referências

COLOMER, Tereza. *Andar entre livros*. São Paulo: Global, 2007.

LEAHY-DIOS, Cyana. *Educação literária como metáfora social: desvios e rumos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Papéis Avulsos*. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn003.pdf>>. Acesso em: 12/04/2016.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Org.). *Escola e leitura*. São Paulo: Global, 2009.

ZILBERMAN, Regina. A escola e a leitura da literatura. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Org.). *Escola e leitura*. São Paulo: Global, 2009.